

FREGE SOBRE A FICÇÃO

FREGE ON FICTION

*Italo Lins Lemos*¹

Resumo:

Embora Frege não tenha articulado uma metafísica e uma semântica do discurso ficcional, podemos analisar a sua teoria do sentido e da referência a fim de estabelecer algumas conclusões para a ficção. O meu objetivo neste artigo é argumentar que, para Frege, o problema central do discurso ficcional diz respeito à força assertórica do autor ao narrar uma história de ficção. O autor de ficção, como Frege sustenta em *Der Gedanke*, apenas finge realizar asserções, de modo que as sentenças ficcionais são pseudo-asserções. A consequência desta tese é que os nomes próprios que ocorrem na ficção são todos, sem exceção, nomes aparentes ou vazios. Em função disso, como Frege estabelece em *Introdução à Lógica, Lógica e Sobre o Sentido e a Referência*, as sentenças ficcionais têm sentido, mas carecem de referência, o que mostra que a ficção tem a única finalidade de nos propiciar um deleite estético — não sendo possível, então, diferentemente dos discursos científico e ordinário, valorar as sentenças ficcionais como verdadeiras ou falsas. Sendo esse o caso, analisarei criticamente os três problemas que Frege encontra na ficção: o problema dos nomes vazios, o problema da força assertórica e o problema dos valores de verdade.

Palavras-chave: Frege, Ficção, Nomes vazios, Força assertórica, Valores de verdade.

Abstract:

Even though Frege hasn't articulated a metaphysics and a semantics of the fictional discourse, we can analyze his theory of sense and reference in order to establish some conclusions for fiction. My objective in this paper is to argue that, according to Frege, the central problem for fictional discourse concerns the author's assertoric force when he narrates a story of fiction. The author, as Frege maintains in *Der Gedanke*, only pretends to make assertions, so fictional sentences are pseudo-assertions. The consequence of this thesis is that every proper name that occurs in fiction is, with no exception, an apparent or empty name. Consequently, as Frege states in *Introduction to Logic, Logic and On Sense and Reference*, fictional sentences have sense, but lack reference, which shows that fiction has the sole purpose of providing us with an aesthetic delight — not being possible, therefore, unlike scientific and ordinary discourses, to evaluate fictional sentences as either true or false. That being the case, I will critically analyze the three problems that Frege encounters in fiction: the problem concerning empty names, the problem concerning assertoric force, and the problem concerning truth values.

Keywords: Frege, Fiction, Empty names, Assertoric force, Truth values.



“Frege é o primeiro autor que conheço a enfatizar que os nomes vazios na ficção, e as sentenças que os contêm, são fingimentos.”
(KRIPKE, 2011b, p. 58, nota de rodapé, tradução nossa).

Introdução

O meu objetivo neste artigo é apresentar a perspectiva de Frege acerca da natureza do discurso ficcional. De um lado, regularmente se compreende que a concepção de Frege sobre a ficção diz respeito ao problema dos nomes vazios, na medida em que, em *Sobre o Sentido e a Referência*, Frege argumenta que objetos ficcionais não existem e, portanto, os nomes próprios ficcionais carecem de referência. Por outro lado, sustentarei que a perspectiva fregeana sobre a ficção deve ser avaliada sob a ótica da força assertórica das sentenças ficcionais (Cf. EVANS, 1982; ZOUHAR, 2010; MUNTON, 2016). Assim, tomando como orientação os textos *Introdução à Lógica*, *Lógica* e *Der Gedanke*, argumentarei que as sentenças ficcionais são, de acordo com Frege, apenas parte de um jogo, o que quer dizer que essas sentenças não deveriam ser levadas a sério e, em contraste com os discursos científico e ordinário, não podem ser valoradas como verdadeiras ou falsas. Essa chave de leitura não implica que o problema dos nomes vazios não atinja os nomes próprios ficcionais, mas apenas que este problema não é distintivo para a caracterização da ficção. Apresentarei, no decurso da minha exposição, alguns apontamentos críticos à perspectiva de Frege sobre a natureza do discurso ficcional, mas ressalto que o meu objetivo principal neste artigo é de caráter exegético.

O primeiro desafio que encontramos ao analisar a perspectiva fregeana sobre a ficção se dá na medida em que a sua análise é estritamente negativa: tudo o que Frege disse sobre a ficção foi uma tentativa de mostrar o que a ficção *não é*, e como ela se distancia dos discursos científico e ordinário. Não há, portanto, nos escritos do autor, nenhum desenvolvimento explícito de uma semântica do discurso ficcional, nem propriamente uma metafísica dos objetos ficcionais. No entanto, se a importância de um filósofo se dá na medida em que ele introduz uma série de conceitos e definições rigorosas para que possamos interpretar o mundo que nos cerca e no qual estamos inseridos, certamente valerá a pena articular uma teoria fregeana da ficção. Podemos dizer que a sua influência é de tal envergadura, que a concepção fregeana soa como uma prototeoria dos atos de fala e, como notamos na epígrafe do artigo, uma prototeoria do fingimento. Não obstante, não me demorarei a definir todos os conceitos fregeanos relevantes, pois partirei do pressuposto de que o leitor está familiarizado com alguns conceitos que pertencem ao vocabulário do autor (como *sentido*, *referência* e *pensamento*), uma vez que há uma vasta literatura sobre o tema.

O artigo está dividido em cinco seções: após esta introdução, tratarei do problema dos nomes vazios (seção 2), do problema da força assertórica (seção 3), do problema dos valores de verdade (seção 4) e estaborecerei algumas considerações finais sobre a análise de Frege sobre a ficção.

O problema dos nomes vazios

Começemos por uma passagem emblemática de *Sobre o Sentido e a*

Referência:

A sentença “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” tem, obviamente, um sentido. Mas, assim como é duvidoso que o nome “Ulisses”, que aí ocorre, tenha uma referência, assim também é duvidoso que a sentença inteira tenha uma. Entretanto, é certo que se alguém tomasse seriamente essa sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria ao nome “Ulisses” uma referência e não somente um sentido; pois é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado.” (FREGE, 2009c, p. 137).

A sentença “Ulisses² profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” tem sentido (*Sinn*), na medida em que é uma expressão gramaticalmente bem construída e desempenha com sucesso o papel de um nome próprio (Cf. FREGE, 2009c, p. 133). Ela apresenta Ulisses de um modo bastante particular: como estando profundamente adormecido e desembarcando em Ítaca, sendo essa uma circunstância que podemos apreender mentalmente com facilidade ao lermos a sentença. Note, no entanto, que o sentido dessa primeira sentença é distinto do sentido de “Ulisses espetou o único olho do ciclope”. Ambas as sentenças têm sentido, pelas mesmas razões elencadas acima e na medida em que “o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence” (FREGE, 2009c, p. 132). No entanto, as duas sentenças não têm precisamente o *mesmo* sentido, dado que elas apresentam o personagem Ulisses de modos distintos: a primeira sentença o apresenta como desembarcando em Ítaca, enquanto a segunda o apresenta como espetando o olho de um ciclope. Isso implica que ambas as sentenças expressam pensamentos (*Gedanken*, ou ‘proposições’) diferentes, assim como nos levam a ter experiências cognitivas diferentes, isto é, levam-nos a apreensões mentais distintas. Essa distinção caracteriza, então, o seu Princípio de Transparência: “uma diferença em *Sinn* corresponderá a uma diferença no valor cognitivo detectável por um usuário competente de uma linguagem” (MUNTON, 2016, p. 3674, tradução nossa). Note, por outro lado, que a sentença “adormecido Ítaca desembarcado profundamente foi Ulisses em”, embora contenha exatamente as mesmas palavras da sentença apresentada por Frege, carece de sentido, uma vez que ela não é gramaticalmente bem construída.

O fato de um nome próprio — seja uma sentença, seja um nome de um indivíduo, neste caso — ter um sentido, porém, não faz com que haja uma referência (*Bedeutung*) correspondente ao sentido do nome próprio (Cf. FREGE, 2009c, p. 133). Frege caracteriza o referir e o designar (*bezeichnen*) como “a relação que se dá entre uma expressão e seu objeto” (FREGE, 2009c, p. 136, nota do tradutor), o que nos leva ao Princípio de Determinação: “a *Bedeutung* de um termo é o objeto que satisfaz o seu *Sinn*” (MUNTON, 2016, p. 3674, tradução nossa). Em outras palavras, a circunstância de “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” ter um sentido não implica que essa sentença tenha uma referência. A sentença não tem referência³ — na perspectiva fregeana: não faz referência ao Verdadeiro, nem ao Falso — porque uma de suas partes constitutivas, a saber, o nome próprio ‘Ulisses’, não conta com um objeto que satisfaz o seu *Sinn*.

‘Ulisses’ não refere a Ulisses porque Ulisses, de acordo com Frege, não

existe. A existência é entendida aqui como um predicado de segunda ordem, ou seja, como uma propriedade de conceitos, ao invés de uma propriedade de indivíduos. Dessa forma, o conceito ‘Ulisses’, que tem como condições de aplicação o indivíduo que *factualmente* foi à Guerra de Tróia, era pai de Telêmaco, era casado com Penélope, foi aprisionado pela ninfa Calipso, cegou o ciclope Polifemo, etc., não é instanciado. Afinal, no decorrer da história da Grécia Antiga, não houve qualquer indivíduo feito de carne e osso e situado no espaço e no tempo que tivesse realizado os feitos atribuídos a Ulisses na *Odisséia* de Homero. Segundo Frege, esta constatação não deveria causar espanto, pois Ulisses é apenas um objeto ficcional — e objetos ficcionais, por sua vez, não existem⁴. Sendo esse o caso, ‘Ulisses’ (assim como ‘Sherlock Holmes’, ‘Harry Potter’, ‘Gregor Samsa’, etc.) é um nome próprio aparente ou vazio (*Scheineigenname*), ou, ainda, algum tipo de imagem (*Bild*).

Eis aqui uma aparente inconsistência na perspectiva fregeana: se Ulisses não existe, como a sentença “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” pode ser um modo de apresentação de Ulisses? Como podemos apresentar um objeto inexistente, sem cair em algum tipo de Meinonguianismo? Em que medida podemos ter uma sentença que tem sentido, mas carece de referência? Gareth Evans foi um forte crítico de Frege nesse aspecto, argumentando como se segue:

Por que ele não viu a inconsistência? Por que ele continuou a adotar uma concepção basicamente Russelliana sobre os termos singulares em toda a sua teorização séria, a despeito de sua disposição para contemplar termos singulares vazios com um sentido? A resposta, penso, é que Frege encontrou um tapete conveniente para debaixo do qual poderia varrer o problema colocado por sua teoria ao atribuir sentido aos termos singulares vazios. Um tapete que podemos rotular de ‘Ficção’. (EVANS, 1982, p. 28, tradução nossa).

Evans tem razão em pelo menos um quesito: Frege analisa o discurso ficcional para mostrar que as sentenças que ocorrem na ficção podem ter sentido e carecer de referência, mas que *é necessário que as sentenças que constituem o discurso científico tenham tanto sentido como referência* (Cf. FREGE, 1979a, p. 118; 1979b, p. 189; 2009a, p. 208; 2009b, pp. 159-160; 2009c, p. 138; 2009d, p. 179; no prelo, p. 3). Frege afirma reiteradamente que a ficção (ou, no seu caso específico, a literatura) está única e exclusivamente vinculada à apreciação estética, enquanto as ciências estão relacionadas ao conhecimento, sendo esses dois campos irreconciliáveis (Cf. ZOUHAR, 2010). A ficção aparece como uma instância negativa que estabelece um contraste com uma instância positiva: as ciências. Essa afirmação transparece nitidamente em uma passagem de *Digressões sobre o Sentido e a Referência*:

Na poesia, naturalmente, as palavras têm apenas sentido; na ciência, porém, e onde quer que nos preocupe investigar a verdade, não nos contentaremos apenas com o sentido, e assim cumpre associar aos nomes próprios e aos termos conceituais uma referência. E se eventualmente, por engano, não o fizermos, cometemos um erro que pode facilmente fazer malograr nossa reflexão. (FREGE, 2009b, pp. 159-160).

Por outro lado, contra a perspectiva de Evans, não acredito que Frege tenha cometido um erro ao conceder que certos nomes próprios podem ter sentido, mas carecer de referência. Sigamos a linha de raciocínio de Frege em *Introdução à Lógica*: partimos costumeiramente do pressuposto de que Ulisses não foi uma figura histórica (diferentemente de Aristóteles ou Alexandre Magno, por exemplo), ou seja, como argumentamos acima, tendemos a aceitar que o conceito 'Ulisses' não foi instanciado. Mas, agora, a nível de um experimento de pensamento, suponhamos que um grupo de arqueólogos tenha descoberto, contrariamente às nossas crenças atuais, que de fato existiu alguém chamado 'Ulisses' em Ítaca no século XII a.C., e que o intuito de Homero (caso ele também tenha sido uma figura histórica) na *Odisseia* era narrar as desventuras de Ulisses no seu retorno da Guerra de Tróia — de modo que a *Odisseia* não seria uma obra de ficção ou mitologia, mas um relato histórico. Essa descoberta alteraria uma parte importante de nossa compreensão da obra: a sentença "Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca", por exemplo, poderia referir ao Verdadeiro ou ao Falso, a depender da precisão do relato homérico. Poderíamos, ainda, visitar Ítaca com a crença de que, mais de dois milênios atrás, Ulisses residiu em um rincão da ilha.

Mas este não é o ponto de Frege. O ponto é que, mesmo que descobramos que 'Ulisses' refere a Ulisses, esta descoberta seria irrelevante para a natureza do pensamento de uma sentença em que o nome próprio 'Ulisses' ocorre: "os pensamentos permaneceriam estritamente os mesmos; eles apenas teriam sido transpostos do reino da ficção para o reino da verdade" (FREGE, 1979b, p. 191, tradução nossa). Frege apresenta a mesma tese em *Sobre o Sentido e a Referência*: "o pensamento permanece o mesmo se o nome 'Ulisses' tem referência ou não" (FREGE, 2009c, p. 138). Esta é uma das consequências de tomarmos a existência como um predicado de segunda ordem que, por sua vez, foi uma lição que Frege aprendeu em suas leituras das obras de Hume: "quando, após ter simplesmente concebido alguma coisa, nós em seguida a concebemos como existente, na realidade não acrescentamos nada a nossa primeira ideia, e tampouco a alteramos" (HUME, 2009, p. 123).

Frege e Hume (assim como Kant) têm razão: a existência ou inexistência de um unicórnio, por exemplo, é irrelevante para que entretamos o pensamento de um cavalo que possui um chifre em espiral no centro de sua cabeça. Do contrário, o que parece ser uma afirmação absurda, se a existência de um objeto fosse uma condição necessária para a intelecção de uma determinada sentença, então, de acordo com Frege, as obras de ficção seriam simplesmente ininteligíveis. Esse cenário nos leva ao Princípio de Composicionalidade: "o *Gedanke* expresso por uma sentença é determinado pelos *Sinne* de suas expressões constitutivas e pela maneira como esses constituintes são combinados" (MUNTON, 2016, p. 3674, tradução nossa). Em outras palavras: a existência ou a inexistência de um objeto é irrelevante para que uma sentença tenha um sentido, pois o que determina a expressão de um pensamento é, diversamente da proposta de Evans, o sentido, ao invés da referência. Portanto, a existência de um objeto é relevante apenas para que uma sentença bem formada tenha uma referência, isto é, para que a sentença seja valorada como verdadeira ou falsa.

Todavia, o problema dos nomes vazios, tal como foi posto até o momento, não é suficiente para que possamos compreender a natureza do discurso

ficcional. Resta, ainda, estabelecer o que é distintivo da ficção e não reside nos discursos científico e ordinário. Mesmo que aceitemos que os personagens ficcionais não existem e que, dessa maneira, o conjunto das sentenças de uma obra de ficção não seja verdadeiro ou falso, notamos que (1) o problema dos nomes vazios não é exclusivo da ficção; e (2) certos autores pretendem importar objetos não-ficcionais para suas obras de ficção. Analisemos o problema (1) agora e deixemos o problema (2) para a seção subsequente deste artigo.

Os discursos científico e ordinário estão repletos de nomes vazios, seja por conta de teorias que se mostraram falsas em investigações posteriores (como são os casos de ‘Vulcano’, do flogisto e do éter luminífero), das descrições definidas cujos objetos não podem ser determinados (como em “o maior número natural”), ou simplesmente porque uma sentença não foi gramaticalmente bem construída (como em “natural número maior o”). Seria incorreto afirmar que, por exemplo, uma vez que Vulcano não existe, a obra em que Le Verrier postulou a existência de Vulcano seria uma obra de ficção. Se esse fosse o caso, então todas as obras científicas que foram “superadas” (como o *Almagesto* de Ptolomeu, em que o autor apresenta e defende a sua versão do sistema geocêntrico), além de todas as obras que contêm equívocos gramaticais grosseiros, deveriam ser imediatamente colocadas ao lado das obras de Dostoiévski e Kafka nas prateleiras das livrarias — o que é uma consequência absurda, na medida em que, usando a expressão de Evans, a ficção seria um tapete conveniente para debaixo do qual colocaríamos tudo que é defeituoso. É evidente que o problema dos nomes vazios não é exclusivo da ficção e, em função disso, não pode ser um critério de diferenciação entre o que é ficcional e o que não é ficcional. Mas Frege tinha ciência disso, sendo essa a razão pela qual ele fez um apontamento fundamental em *Digressões sobre o Sentido e a Referência*:

Para cada objeto, deve-se poder determinar se este cai ou não sob o conceito; um termo conceitual que não satisfaça tal exigência quanto à sua referência, carece de referência (*bedeutungslos*). A esta espécie de termos pertence, por exemplo, a palavra “μῶλυ” (Homero, *Odisseia*, X, 305), ainda que algumas de suas notas (*Merkmale*) sejam enumeradas. Isto não quer dizer que essa passagem careça de sentido, como tampouco são carentes de sentido as passagens em que figura o nome “Nausicaa” que, presumidamente, nada nomeia, nem se refere a coisa alguma. Mas [esta palavra] age *como se* denominasse uma donzela, e com isto assegura um sentido. De fato, para a poesia basta o sentido, basta o pensamento sem referência, sem valor de verdade; mas tal não basta para a ciência. (FREGE, 2009b, p. 166, grifos nossos).

A passagem acima parece não trazer contribuições novas para a discussão que estabelecemos até o momento. Mas a expressão grafada em itálico, o *como se* (*als ob*), mostra que o problema da ficção não diz respeito apenas à ausência de referência, mas ao modo como as sentenças ficcionais são veiculadas por seu autor. Para Frege, as sentenças que ocorrem na ficção têm uma *força assertórica* distinta das sentenças que ocorrem fora da ficção. A discussão sobre a força assertórica é visionária, na medida em que foi somente no ano de 1975 (portanto, quase um século depois dos escritos de Frege) que a teoria do fingimento foi aplicada com relativo sucesso à análise da ficção, com o artigo *O Estatuto Lógico do Discurso Ficcional* de John Searle. Analisaremos

esse ponto na próxima seção.

O problema da força assertórica

Começemos novamente por uma passagem emblemática, mas, dessa vez, de *Lógica*:

Em vez de falar de “ficção” nós poderíamos falar de “pensamentos aparentes” (*Scheingedanke*). Assim, se o sentido de uma frase assertiva não é verdadeiro, ele é ou falso ou fictício, e em geral será o último se ela contém um nome próprio aparente. O escritor, em comum, por exemplo, como o pintor, tem seus olhos na aparência (*Schein*). Asserções na ficção não são para serem levadas a sério: elas são apenas asserções aparentes (*Scheinbehauptungen*). Também os pensamentos não são para serem levados a sério como nas ciências: eles são apenas pensamentos aparentes. (FREGE, no prelo, p. 3).

As asserções na ficção não são levadas a sério, no sentido em que não devemos nos comprometer com a literalidade do discurso ficcional. Afinal de contas, as sentenças que ocorrem na ficção não podem ser ditas verdadeiras, nem falsas. Por isso, não devemos telefonar — como, factualmente, não costumamos telefonar — para a polícia se um ator, durante a encenação da peça *Titus Andronicus*, cometer *ficcionalmente* um ato de canibalismo involuntário. Não devemos buscar — como, factualmente, não costumamos buscar — o corpo de bombeiros se uma professora de literatura, durante a exibição do filme ou em meio a uma leitura comentada do livro *Fahrenheit 451*, permitir *ficcionalmente* que o fogo a consuma para que ela não se separe dos seus livros. Mesmo os famosos casos-limite, como a fatídica narração dramática de Orson Welles da obra *A Guerra dos Mundos*, que parece ter causado alvoroço em Nova Iorque em 1938 porque alguns expectadores acreditaram que a cidade estava sendo invadida por alienígenas impetuosos, fornece um suporte para o nosso ponto: os ouvintes da transmissão radiofônica tomaram, *por equívoco*, um discurso ficcional como sendo factual, isto é, levaram a sério as asserções de um contexto de ficção.

De acordo com Frege, as sentenças que ocorrem na ficção não são asserções genuínas⁵, mas, como ele escreveu para Russell em uma carta que data de 1902, pseudo-asserções: “há, também na poesia, pensamentos, mas eles são apenas pseudo-asserções” (MUNTON, 2016, p. 3684, tradução nossa). Em outras palavras, vemos um ator com tinta vermelha em suas mãos e esbravejando pela extensão do palco, e o *representamos* como sendo um assassino; lemos uma obra de literatura e *representamos* a tinta que constitui as palavras e, assim, expressam pensamentos, como sendo sobre um indivíduo que, numa certa manhã, encontrou-se metamorfoseado num inseto monstruoso; e assim sucessivamente. Entretanto, em ambos os casos, não há assassinos e não há metamorfoses. No caso do discurso científico, como Frege alega amiúde, o oposto acontece: se determinadas comunidades de cientistas competentes emitirem, por exemplo, um parecer técnico indicando que o medicamento x não tem eficácia para o tratamento da doença y, então devemos levar a sério as asserções que constituem o parecer, isto é, assimilar que os cientistas estão asserindo *literalmente* que o medicamento x é ineficaz para tratar da doença y

— sejam as asserções sobre a eficácia do medicamento em questão verdadeiras ou falsas, a única questão é que a frase assertiva não seria fictícia. Portanto, caso tomemos uma representação de um objeto como sendo o objeto representado, enganaremos-nos na mesma medida de alguém que tenta, claramente sem sucesso, saborear as frutas de uma pintura de Cézanne — confundiria-se, então, a ficção com a realidade⁶.

Frege reafirma essa tese em *Um Breve Exame das minhas Doutrinas Lógicas*: “é evidente que, na ficção, essas sentenças são proferidas sem força assertórica” (FREGE, 1979a, p. 198, tradução nossa), mas é em *Der Gedanke* que o autor caracteriza tais pseudo-asserções como sendo fingidas:

Assim como o trovão no palco é apenas um trovão *fingido*, e uma luta no palco é apenas uma luta *fingida*, uma asserção no palco é apenas uma asserção *fingida*. É apenas ação, apenas ficção. [...]. Na poesia, temos o caso de pensamentos que são expressos sem serem realmente apresentados como verdadeiros, apesar da forma assertórica da sentença. (FREGE, 1918, p. 62, *apud* MUNTUN, 2016, p. 3683, tradução nossa, grifos nossos).

Evans compartilha dessa linha interpretativa, pois afirma que “Frege indicou a direção para qual devemos olhar para entendermos os casos em que um termo singular é vazio” ou seja, “como envolvendo algum tipo de fingimento ou aparência de expressão de um pensamento, ao invés da coisa real” (EVANS, 1982, p. 30, tradução nossa). O fingimento, entendido como a força de uma asserção (o que, a partir da teoria dos atos de fala de Austin, foi chamado de ‘força do ato ilocucionário’), é o responsável pelo cancelamento da referência de todos os nomes próprios que ocorrem na ficção. Desse modo, aprimorando a análise da seção anterior, sentenças como “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” têm sentido, mas carecem de referência porque os seus autores não realizaram asserções genuínas, mas *fingiram* realizar tais asserções. Homero, se Frege estiver correto em tomar a *Odisséia* como uma obra de ficção, e se Homero foi o indivíduo de carne e osso que narrou a *Odisséia*, não pretendia nos convencer de que alguém chamado ‘Ulisses’ desembarcou em Ítaca, mas fazer com que nós entretivéssemos esse pensamento.

Os autores, ao escreverem uma obra de ficção, apenas fazem-de-conta que estão narrando sobre objetos e eventos factuais: o discurso ficcional, como vimos, não é sério. A perspectiva fregeana antecipa, em certa medida, a teoria que Kendall Walton apresentou em seu influente *Mimesis as Make-Believe: on the foundation of the representational arts*. Segundo Walton, a ficção é uma atividade em que há uma prescrição para que imaginemos determinados objetos, lugares ou eventos do mundo empírico como sendo meras representações de objetos, lugares ou eventos inexistentes (Cf. WALTON, 1990, p. 39). A leitura de uma obra como a *Odisseia*, tanto para Frege como para Walton, seria uma experiência muito mais sofisticada do que as brincadeiras em que as crianças fingem beber chá a partir de uma xícara vazia, embora ambas as atividades tenham a mesma natureza: são jogos de faz-de-conta. De qualquer forma, uma vez que Walton, em contraste com Frege, forneceu uma análise positiva da ficção, articulando conceitos como *props* e *prompters*, temos em Walton uma (anti-)metafísica e uma semântica da ficção com contornos mais

claros e, nesse sentido, com peculiaridades que não devemos explorar em um artigo que trata da teoria de Frege⁷.

Resgatemos, neste momento, o segundo problema que foi elencado na seção anterior: (2) certos autores pretendem importar objetos não-ficcionais para suas obras de ficção. A afirmação (2) parece ser plausível, uma vez que existem inúmeras obras de ficção que empregam nomes próprios que supostamente pertencem a objetos, lugares e eventos factuais como, por exemplo, 'Napoleão' em *Guerra e Paz*, 'Londres' em *Um Estudo em Vermelho* e 'Segunda Guerra Mundial' em *A Lista de Schindler*. Entretanto, de acordo com Frege, uma vez que a força assertórica de todas as sentenças que são introduzidas na ficção é o fingimento, os nomes próprios acima são meros homônimos e, conseqüentemente, *não fazem referência* aos mesmos objetos, lugares e eventos que ocorrem ou ocorreram na realidade. Esta tese fica clara na passagem abaixo, retirada de *Lógica*, marcando um complemento importante frente à teoria que Frege desenvolve em *Sobre o Sentido e a Referência*:

Se o Don Carlos de Schiller fosse para ser visto como uma peça de história, então em grande parte o drama seria falso. Mas, uma obra de ficção não é feita para ser levada a sério desse modo: ela é um jogo (*Spiel*). Também os nomes próprios no drama, embora eles correspondam a nomes de personagens históricos, são nomes próprios aparentes; na obra eles não são para serem levados a sério. (FREGE, no prelo, p. 3).

Fora do contexto da peça teatral de Schiller, mas na historiografia, Don Carlos foi um indivíduo que viveu na Espanha entre 1545 e 1568; era filho de Felipe II da Espanha e Maria Manuela, Princesa de Portugal; e foi (para muitos espanhóis, o insano) o Príncipe de Astúrias. Mas, ao analisarmos a passagem acima, concluímos que, para Frege, o Don Carlos de Schiller não é o Don Carlos histórico: o Don Carlos histórico foi uma pessoa de carne e osso que viveu na Espanha durante o século XVI, enquanto o Don Carlos de Schiller é um personagem ficcional que, *de acordo com uma história*⁸, viveu na Espanha no século XVI. Assim, poderíamos sustentar que o primeiro Don Carlos existiu e o nome próprio 'Don Carlos' refere a Don Carlos, enquanto o segundo Don Carlos nunca existiu e o nome próprio 'Don Carlos' é vazio, pois carece de referência.

É nessa acepção que afirmo que o problema da ficção, segundo Frege, envolve o problema dos nomes vazios, mas não apenas porque nomes próprios como 'Sherlock Holmes', 'Harry Potter' e 'Gregor Samsa' são frutos do poder imaginativo de seus respectivos autores, mas porque, uma vez que o autor finge realizar asserções e institui um jogo (*Spiel*) de ficção, *nenhum* nome próprio que ocorre em uma obra literária, mesmo aqueles que aparentemente apresentam figuras históricas, referem a algo. Portanto, o problema fundamental da caracterização do discurso ficcional seria o problema da força assertórica, enquanto o problema dos nomes vazios seria apenas a sua derivação.

No entanto, esse aspecto da proposta fregeana causa alguma estranheza. Levando em consideração que Schiller buscava transparecer um alto grau de realismo em sua peça, se o *Don Carlos* não trata do Don Carlos, nem de outras figuras históricas do reinado da Espanha do século XVI, em que medida as críticas que Schiller recebeu sobre as atitudes do Marquis Posa serem inverossímeis podem ser consideradas justas, se o seu Marquis Posa ficcional

não é o Marquis Posa factual? Em outro contexto literário, como a obra *A Revolução dos Bichos* poderia ser uma sátira do stalinismo, como de fato devemos reconhecer que é, se Orwell não estivesse satirizando o próprio Stalin e o seu regime, mas um pseudo-Stalin⁹? Em que sentido, por fim, o nosso conhecimento prévio sobre as ruas da cidade de Londres pode se infiltrar e preencher a nossa experiência imaginativa das obras de Sherlock Holmes ou, o que é mais ainda interessante, como as obras de Holmes podem nos auxiliar a adquirir algum tipo de entendimento sobre as ruas de Londres? Eis a resposta: porque esses nomes próprios, apesar de ocorrerem na ficção, referem aos objetos, lugares e estados de coisas aos quais costumeiramente referem. No entanto, é claro, o modo como essas entidades são apresentadas (o sentido das sentenças que ocorrem na ficção) não precisa ser (mas pode vir a ser) fiel ao modo como o discurso sério apresenta essas entidades. Este é um dos aspectos distintivos da ficção: ela nos fornece a liberdade para ir além do que é o efetivo no mundo empírico.

Uma vez que deslocamos a caracterização do discurso ficcional do problema dos nomes vazios para o problema da força assertórica, e uma vez que o discurso ficcional é composto por pseudo-asserções, não haveria mais a necessidade de esvaziar os nomes próprios que remetem a entidades factuais, mas que ocorrem na ficção, a fim de caracterizar a natureza da ficção. Bastaria reconhecer que as pseudo-asserções da ficção, porque são parte de um jogo de fingimento, não fazem referência ao Verdadeiro ou ao Falso e, por isso, diferem dos discursos científico e ordinário. Poderíamos, dessa maneira, tomar um nome próprio como 'Don Carlos', que ocorre na obra de Schiller, como referindo ao Don Carlos histórico, mas que o apresenta de um modo peculiar. Se aceitarmos, como Thomasson propõe (1999, pp. 76-92), em uma acepção fenomenológica, que a consciência é marcada pela intencionalidade, e que esta está dividida em ato, objeto e conteúdo, reconheceremos que, ao lermos o *Don Carlos* de Schiller, fingimos que (ato) Don Carlos (objeto) seria o príncipe insano de Astúrias (conteúdo), assim como uma situação contrafactual em que podemos imaginar (ato) que o exército de Napoleão Bonaparte (objeto) foi o vencedor da Batalha de Waterloo (conteúdo): apesar desse ato imaginativo apresentar o exército napoleônico de um modo fantasioso, a questão é saber se estamos falando do *mesmo* exército do líder militar francês.

Frege, porém, defende claramente que todos os nomes próprios que ocorrem na ficção, sem exceção, são vazios. Então, as minhas divergências com o autor aparecem mais como apontamentos de problemas que devem ser encarados por neo-Fregenanos. De fato, afirmar que os nomes próprios de figuras históricas que ocorrem na ficção são vazios parece impossibilitar o discurso sobre situações contrafactuals, o que seria conceitualmente custoso. Mas, tratemos do problema dos valores de verdade, desde uma perspectiva das asserções que são realizadas na (ou seja, internamente) e sobre (ou seja, externamente) a ficção.

O problema dos valores de verdade

Antes de tratarmos diretamente do problema dos valores de verdade na ficção, precisamos identificar, seguindo a terminologia proposta por Recanati (2018), os estratos do discurso ficcional. Podemos discernir, de um lado, as

sentenças que ocorrem *na* ficção e, do outro lado, as sentenças que são *sobre* a ficção. Chamaremos as sentenças que ocorrem *na* ficção (por exemplo, “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”) de *sentenças ficcionais*. Em seguida, podemos dividir as sentenças que são *sobre* a ficção de duas formas: chamaremos as sentenças que pretendem asserir o que é o caso de acordo com uma estória (por exemplo, “de acordo com a *Odisséia*, Ulisses desembarcou em Ítaca”) de *sentenças paraficcionais*; enquanto chamaremos as sentenças que são *sobre* a ficção, mas que pretendem ser o caso segundo fatores externos à estória (por exemplo, “Ulisses é um personagem criado por Homero”) de *sentenças metaficcionais*¹⁰. Note que uma distinção entre as sentenças paraficcionais e metaficcionais é crucial, porque não é o caso que, paraficcionalmente, Ulisses seja um personagem ficcional — embora esse seja o caso em termos metaficcionais. De acordo com a *Odisséia*, dentre tantas outras coisas, Ulisses é um ser humano composto de carne e osso que participou da Guerra de Tróia; mas, fora do contexto da estória, Ulisses é uma criação de Homero. Assim, esses estratos do discurso ficcional são semanticamente singulares e nos resta analisar em que medida essas sentenças podem ser ditas verdadeiras ou falsas.

Reiteramos nas seções anteriores que as sentenças ficcionais, segundo Frege, não possuem valor de verdade porque um autor realiza pseudo-asserções, os nomes próprios são vazios e a ficção tem apenas o objetivo de propiciar um deleite estético. Sendo este o caso, acredito que podemos seguir adiante e investigar os problemas que envolvem as sentenças paraficcionais e metaficcionais. E, ao começarmos pelas sentenças paraficcionais, encontramos um cenário marcadamente distinto, pois essas sentenças podem ser verdadeiras ou falsas, uma vez que são casos de discurso indireto:

Se as palavras são usadas de modo costumeiro, o que se pretende é falar de sua referência. Mas pode acontecer que se deseje falar das próprias palavras ou de seu sentido. O primeiro caso se dá quando as palavras de outrem são citadas em discurso direto. Nesse caso, as palavras de quem cita referem-se, imediatamente, às palavras de quem é citado, e somente estas últimas têm sua referência costumeira. Temos, assim, sinais de sinais, ao se escrever, encerram-se as palavras entre aspas. Em consequência, uma palavra que se encontre entre aspas não deve ser tomada como tendo sua referência costumeira. (FREGE, 2009c, pp. 133-4).

Os prefixos ou operadores sentenciais equivalentes a “de acordo com a estória” fazem com que as sentenças paraficcionais se situem no campo do discurso indireto, pois os prefixos em questão estabelecem o que é ou o que não é o caso de acordo com o que é narrado em uma estória. As sentenças paraficcionais não referem aos nomes próprios que constituem uma sentença, mas às palavras que compõem a obra de ficção que recebe a menção: “fica, pois, claro que também no discurso indireto as palavras não têm suas referências costumeiras, mas referem-se ao que costumeiramente é seu sentido” (FREGE, 2009c, p. 134). As sentenças ficcionais estão no campo do discurso direto e, assim, possuem sentido, mas não possuem referência. Todavia, as sentenças paraficcionais estão no campo do discurso indireto e, se esse é o caso, podemos afirmar que as sentenças paraficcionais têm, ao mesmo tempo, sentido e referência: o sentido seria o modo de apresentar o personagem ficcional na sentença, a

referência seria o sentido da sentença ficcional relevante que torna a sentença paraficcional verdadeira. Essa é uma saída elegante de Frege porque faz com que sentenças parafictionais como “de acordo com a *Odisseia*, Ulisses desembarcou em Ítaca” sejam verdadeiras, pois, de fato, este é o modo como a estória apresenta o personagem; enquanto faz com que sentenças como “de acordo com a *Odisseia*, Ulisses é um cavalo alado que lutou bravamente contra os dragões” sejam falsas, pois esse não é o caso de acordo com a estória.

Por mais que a resposta de Frege tenha sido engenhosa, podemos encontrar pelo menos uma inconsistência com a natureza do discurso indireto na ficção. Parsons (1982, pp. 84-5) chamou atenção para a circunstância de que se a referência de uma sentença paraficcional é o sentido de uma sentença ficcional, então, como podemos analisar os casos daqueles nomes próprios ficcionais que expressam sentidos diferentes (portanto, referências distintas de ao menos duas sentenças parafictionais), mas que deveriam ter a mesma referência? O exemplo que Parsons tem em mente é a novela *O Médico e o Monstro* de Stevenson: de acordo com Frege, as sentenças parafictionais que mencionam o Dr. Jekyll têm referências distintas das sentenças parafictionais que mencionam o Sr. Hyde, uma vez que as sentenças ficcionais que mencionam o Dr. Jekyll e o Sr. Hyde expressam sentidos distintos. No entanto, ironicamente, sendo esse um caso que tem a mesma estrutura argumentativa do caso sobre a estrela da manhã ser a estrela da tarde que encontramos em *Sobre o Sentido e a Referência*, o Dr. Jekyll é o Sr. Hyde. Portanto, as sentenças parafictionais que envolvem esses dois personagens (ao menos quando são apresentados sob os mesmos aspectos semânticos relevantes) deveriam ter uma e a mesma referência, mas a análise de Frege tem como consequência que o Dr. Jekyll e o Sr. Hyde são personagens distintos. Parsons declara que o problema de Frege se encontra em sua ontologia, pois Frege assume que os personagens ficcionais não são sequer objetos genuínos, dado que os personagens ficcionais não existem. Se os objetos ficcionais não existem, então não há algo que necessite de condições de identidade. Parsons tenta solucionar o problema a partir de uma leitura Neo-Meinonguiana da ficção, sustentando que há tais coisas como personagens ficcionais, embora eles não existam. A abordagem de Parsons fornece uma teoria da ficção robusta, na medida em que consegue preservar a referência de um nome ficcional a um objeto ficcional; mas, Parsons, por ser Meinonguiano, incorre em sérias dificuldades metodológicas (Cf. LEMOS, 2021b).

Por fim, temos as sentenças metaficcionalis. Segundo Frege, se pudermos transpor a sua teoria para o nosso vocabulário, as sentenças metaficcionalis são parte do discurso direto. Afinal de contas, as sentenças metaficcionalis não estão citando ou referindo ao sentido de uma sentença ficcional. As sentenças metaficcionalis, podemos recordar, pretendem estabelecer algo que é o caso *externamente* à estória. Portanto, em função de tais sentenças ocorrerem externamente à ficção, as sentenças metaficcionalis não constituem um caso de fingimento, mas, assim como as sentenças ficcionais, elas têm sentido, mas carecem de referência, uma vez que empregam nomes próprios ficcionais (que são aparentes ou vazios).

Evans, por outro lado, como vimos acima (EVANS, 1982, p. 30), sugere que até mesmo as sentenças metaficcionalis devem envolver o fingimento. No entanto, essa tese é implausível, uma vez que, como Thomasson estabelece na

passagem que encontramos a seguir, não estamos fingindo quando asserimos uma sentença metaficcional:

Se um dos dois policiais que estão discutindo um caso disser: “Esse caso está complicado, precisamos de Sherlock Holmes para solucioná-lo”, ele parecerá realmente engajado em um fingimento em que Holmes é um detetive que pode ser convocado em momentos de necessidade. Mas a resposta do outro policial, este, sem senso de humor, foi “Não há tal pessoa que seja Holmes, ele é apenas um personagem ficcional” parece fugir dessas formas de fingimento e asserir algo verdadeiro sobre Holmes. (THOMASSON, 2003, p. 208, tradução nossa).

Saliento que Thomasson não critica todas as formas em que o fingimento se dá na ficção, pois ela defende uma espécie de “teoria híbrida” do fingimento de acordo com a qual as sentenças ficcionais são fingidas, mas as metafissionais e parafissionais são literais. De qualquer modo, o ponto permanece o mesmo: quando dizemos que um indivíduo como Sherlock Holmes não existe, ou quando afirmamos que Sherlock Holmes é um personagem ficcional, estamos realizando uma asserção genuína, pois, assim como um grupo de cientistas que publica um parecer técnico sobre a eficácia de um medicamento, estamos asserindo *literalmente* que Sherlock Holmes possui essas características.

Em relação à afirmação existencial, Frege argumentaria que a sentença “Sherlock Holmes não existe” realmente não envolve fingimento, mas apenas indica que o conceito ‘Sherlock Holmes’ não é instanciado, isto é, que esse é um nome aparente ou vazio. Não asserimos algo sobre Holmes porque Holmes não existe. No entanto, a mesma resposta não está disponível para a sentença “Sherlock Holmes é um personagem ficcional”. Acreditar em uma sentença é o mesmo que se comprometer com a veracidade da sentença; enquanto fingir que uma sentença é o caso é o mesmo que aceitá-la exclusivamente dentro de um jogo, embora se saiba que a sentença é falsa ou carece de um valor de verdade. Todavia, o fingimento apresenta uma condição adicional, como afirma Blackburn (2005, p. 326): “trabalhar em termos de faz-de-conta não evita o problema de que temos que ter um conteúdo fixo para o que fingimos ser verdadeiro”, ou seja, quando se finge, aceita-se dentro de um jogo que uma sentença x deve ser entendida como uma sentença y.

Frege reconhece que esse é o cenário relativo às sentenças ficcionais: fingimos, ao lermos *Um Estudo em Vermelho*, que Holmes é um detetive, mas não acreditamos que esse seja o caso porque um personagem ficcional não pode ser um detetive (apenas os indivíduos que conseguem interagir causalmente com o mundo podem aspirar a ser um detetive). Assim, o problema emerge quando, no caso das sentenças metafissionais, como argumenta Blackburn, não há um conteúdo fixo para o que fingimos seja verdadeiro: quando dizemos que Holmes é um personagem ficcional, nós *realmente* estamos atribuindo a propriedade de ser um personagem ficcional a Sherlock Holmes. Basta notar que a afirmação contrária, “Sherlock Holmes não é um personagem ficcional”, seria falsa. Não temos, pelo que podemos observar, um caso de fingimento, mas uma asserção genuína. Porém, Holmes só poderá ser categorizado como um personagem ficcional se, primeiramente, aceitarmos que Holmes é um objeto — o que apontaria mais uma vez, como Parsons argumentou, para alguma forma de realismo acerca de objetos ficcionais, sendo

essa, no entanto, uma alternativa negada por Frege.

Considerações finais

Argumentamos que, de acordo com Frege, o problema da ficção envolve o problema dos nomes vazios. Se os personagens ficcionais não existem, então os nomes próprios ficcionais são vazios. Se a referência de uma sentença depende da composição de suas partes, então, na ausência de uma de suas partes, as sentenças ficcionais não fazem referência ao Verdadeiro ou ao Falso. Ainda assim, as sentenças ficcionais possuem sentido porque são gramaticalmente bem formadas e funcionam como um nome próprio. No entanto, o problema dos nomes vazios não pode ser exclusivo da ficção, pois até mesmo as ciências empregam nomes vazios. O problema da ficção é, portanto, outro: o problema da força assertórica. Frege afirma que os autores apenas fingem realizar uma asserção quando expressam sentenças ficcionais. O fingimento é, por sua vez, o responsável pelo cancelamento da referência de todos os nomes próprios que ocorrem na ficção, sem exceção. No entanto, o cenário se transforma quando analisamos as sentenças que são *sobre* a ficção: no caso das sentenças metaficcionais, a despeito das afirmações existenciais, temos o mesmo cenário das sentenças ficcionais, mas, no caso das sentenças paraficcionais, por elas pertencerem ao discurso indireto, podemos valorá-las como sendo verdadeiras ou falsas. As sentenças paraficcionais têm sentido e referência, sendo a sua referência o sentido da sentença ficcional em questão. Apresentei algumas objeções à perspectiva fregeana no decorrer deste artigo e, se elas puderem ser respondidas (o que sempre pode ser o caso na atividade filosófica), certamente fomentarão um rico e proveitoso debate sobre as diversas teorias que lidam com a metafísica e da semântica da ficção.

Referências

BLACKBURN, Simon. Quasi-Realism No Fictionalism. In. KALDERON, Mark Eli (ed.). *Fictionalism in Metaphysics*. Oxford: Clarendon, pp. 322-338, 2005.

EVANS, Gareth. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

FREGE, Gottlob. *Lógica*. Tradução de Celso Reni Braidão. No prelo, [1897].

FREGE, Gottlob. Dezessete Sentenças Básicas da Lógica. In. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 207-209, 2009a [1906].

FREGE, Gottlob. Digressões sobre o Sentido e a Referência. In. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 159-169, 2009b [1892-1895].

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 129-158, 2009c [1892].

FREGE, Gottlob. Diálogo com Pünjer sobre a Existência. In. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 129-158, 2009d [<1884].

FREGE, Gottlob. A Brief Survey of my Logical Doctrines. In. HERMES, Hans; KAMBARTEL, Friedrich & KAULBACH, Friedrich (eds.). *Posthumous Writings*. Tradução de Peter Long e Roger White. Nova Jersey: Blackwell, pp. 197-202, 1979a [1906].

FREGE, Gottlob. Introduction to Logic. In. HERMES, Hans; KAMBARTEL, Friedrich & KAULBACH, Friedrich (eds.). *Posthumous Writings*. Tradução de Peter Long e Roger White. Nova Jersey: Blackwell, pp. 185-196, 1979b [1906].

FREGE, Gottlob. Der Gedanke. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus I*. Erfurt, 1918.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio em assuntos morais*. 2a ed. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KRIPKE, Saul. Vacuous Names and Fictional Entities. In. *Philosophical Troubles: Collected Papers, Volume I*. Oxford: Oxford University Press, pp. 52-74, 2011b [1974].

LEMONS, Italo Lins. What does it take for an author to create a fictional object? In. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 28, n. 56, pp. 9-27, 2021a.

LEMONS, Italo Lins & KRAEMER, Cristian. O que é 'Metametafísica'? Uma Análise das Metodologias de Meinong, Carnap e Quine. In. *GRIOT: Revista de Filosofia*, v. 21, n. 2, pp. 237-255, 2021b.

LEMONS, Italo Lins. A Metafísica e a Semântica da Ficção: Uma Abordagem Artefactual. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2020.

MUNTON, Jessie. Frege, fiction and force. In. *Synthese* 194, pp. 3669-3692, 2016.

PARSONS, Terence. Fregean Theories of Fictional Objects. In. *Topoi* 1, pp. 81-87, 1982.

RECANATI, François. Fictional, Metafictional, Parafictional. In. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 118, n. 1, pp. 25-54, 2018.

SEARLE, John. O Estatuto Lógico do Discurso Ficcional. In. *Expressão e Significado: Estudo da Teoria dos Atos de Fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1975].

THOMASSON, Amie. Speaking of Fictional Characters. In. *Dialectica*, v. 57, n. 2, pp. 207-226.

THOMASSON, Amie. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WALTON, Kendall. *Mimesis as Make-Believe: on the foundations of the representational arts*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

ZOUHAR, Marián. Frege on Fiction. In. KOT'ÁTKO, Petr; POKORNY, Martin & SABATÉS, Marcelo (eds.). *Fictionality-Possibility-Reality*. Bratislava: Editora Aleph, pp. 103-119, 2010.

¹ Professor Efetivo do curso de Filosofia da Universidade Federal do Cariri. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2188912744033880>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2402-9820>

² Preciso chamar atenção para uma imprecisão por parte do exemplo de Frege. Não deveríamos afirmar que Ulisses é um objeto ficcional, mas um objeto mitológico. Mitologia e ficção são coisas distintas. A partir da teoria dos atos de fala, podemos afirmar que o discurso mitológico, apesar de ser estritamente alegórico, direciona-se ao mundo empírico. Trata-se de uma tentativa de descrever o funcionamento do mundo. O mesmo não pode ser dito da ficção. O direcionamento do discurso ficcional é o mundo ficcional criado pelos atos performativos de um autor, o que faz com que, mesmo sendo semelhantes, a ficção e a mitologia sejam semanticamente distintas (Cf. LEMOS, 2020, 2021a). Mas, para que possamos realizar uma leitura adequada da perspectiva fregeana, tomaremos os exemplos que envolvem Ulisses como sendo casos de ficção.

³ “Somos levados a reconhecer o *valor de verdade* de uma sentença como sendo sua referência. Por valor de verdade de uma sentença entendo a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores de verdade. Por brevidade, chamo a um de o verdadeiro e a outro de o falso.” (FREGE, 2009c, p. 139).

⁴ Saliento que objetos ficcionais podem ser classificados como artefatos abstratos (Cf. LEMOS, 2020).

⁵ “A asserção da verdade reside, em ambos os casos, na forma da sentença assertiva. E quando a asserção não mais tem sua força usual, digamos, *na boca de um ator no palco*, mesmo a sentença ‘O pensamento de que 5 é um número primo é verdadeiro’ contém apenas um pensamento, a saber, o mesmo pensamento da simples sentença ‘5 é um número primo’.” (FREGE, 2009c, p. 139, grifos nossos).

⁶ “Nós temos um caso similar na pintura histórica. Como uma obra de arte, ela simplesmente não reclama oferecer uma representação visual do que efetivamente aconteceu. Um quadro que pretendesse retratar algum momento significativo da história com precisão fotográfica não seria uma obra de arte no sentido superior da palavra, mas seria comparável antes a um desenho anatômico numa obra científica.” (FREGE, no prelo, p. 3).

⁷ Para uma análise crítica da teoria do faz-de-contas de Walton, Cf. LEMOS, 2020, capítulos 1 e 3.

⁸ Apesar de estar ciente de que o termo ‘estória’ tenha caído em desuso após a reforma gramatical da língua portuguesa de 2009, acredito que seja importante usar esse termo aqui para marcar um contraste com o que entendemos por ‘história’.

⁹ Este é um exemplo que Thomasson fornece em seu *Fiction and Metaphysics*, de 1999, embora em um contexto que não envolve uma discussão sobre uma teoria fregeana da ficção, mas analítico-fenomenológico, baseado em Kripke e Ingarden.

¹⁰ Recanati trata propriamente de *proferimentos* [*utterances*] ficcionais, paraficcionais e metaficcionais, mas readequeei o seu vocabulário para o caso das *sentenças* a fim de estabelecer uma continuidade com as características semânticas da teoria de Frege.

Recebido em: 04/2022

Aprovado em: 08/2022